

ESTUDAR E MORAR EM SALVADOR, DESAFIOS JUVENIS NA DÉCADA DE 1970.

Jorge Wilton Pereira de Jesus¹

RESUMO: *O texto discute o contexto e os motivos que levavam muitos jovens do interior baiano, na década de 1970, a migrar para Salvador, na tentativa de continuarem os estudos, secundários ou universitários. São abordados os problemas que se colocavam para aqueles jovens de origem pobre para se manterem na capital, já que nem todas as famílias possuíam condições para alugar ou adquirir um imóvel onde os seus filhos pudessem se alojar. No enfrentamento desses problemas os jovens interioranos inventaram formas de luta e de organização, procuraram envolver as comunidades de cada lugar, tiveram muitos conflitos com os prefeitos dos municípios de onde vinham, e, alguns deles, seguiram as orientações políticas ou tornaram-se militantes de organizações de esquerda, como demonstra o texto.*

Palavras-chave: CIVUB; Estudantes; Residências.

Para os jovens baianos que pretendiam ter acesso a um curso universitário nos anos de 1970, as maiores possibilidades encontravam-se em Salvador, particularmente na Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde eram oferecidas vagas para mais de quarenta cursos em unidades distribuídas pelos campi situados nos bairros da Federação, do Canela e de Ondina, e em algumas unidades isoladas como a Faculdade de Ciências Econômicas, na Praça da Piedade, e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Avenida Joana Angélica.

Havia ainda a Universidade Católica do Salvador - UCSal e mais cinco outras faculdades: Faculdade Católica de Ciências Econômicas (Escola de Frederico), Escola de Administração de Empresas da Bahia (Trabuco), Fundação Visconde de Cairú, Faculdade de Educação Olga Mettig e Escola Baiana de Medicina. No interior, eram poucas as opções e, onde existiam, não atendiam as aspirações de todos. Cursos como Engenharia, Medicina e Odontologia, por exemplo, só podiam ser encontrados na capital. Em 1970, havia 9359 estudantes matriculados na UFBA, 3202 na UCSal, 602 em instituições isoladas de Salvador e 763 em instituições localizadas no interior (SEPLANTEC, 1972, pp. 291-293).

Essa concentração da oferta de vagas em cursos de graduação universitária em Salvador era o que ensejava o deslocamento de inúmeros jovens das diversas regiões do interior para a capital do estado à procura de formação superior. Mas havia aqueles que se mudavam antes mesmo de concluir o curso secundário, deixando para fazê-lo em colégios soteropolitanos. Esse movimento de jovens interioranos em direção à capital parecia ser um fenômeno nacional, como indica o depoimento de um estudante do Rio de Janeiro, Elinor Brito, líder secundarista do Centro Estudantil Calabouço, freqüentado principalmente por secundaristas e vestibulandos:

“Cerca de 90% eram estudantes que trabalhavam: bancários, boys, comerciários, escriturários. Trabalhavam de dia e estudavam de noite. De modo geral, eram também originários do interior ou de outros estados do Brasil, procuravam o Rio para tentar mudar de vida, atraídos pela cidade grande, com mais oportunidades de estudo e trabalho” (Apud RIDENTI, 1993, p.143).

¹ Aluno do Mestrado em Cultural e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. jwpj@uol.com.br.

Portanto, a realização do sonho da graduação universitária e, conseqüentemente, a abertura de caminhos para uma profissão que garantisse a ascensão social para a juventude do interior implicava partir do seu lugar de infância e adolescência, muitas vezes deixando parentes, amigos, experiências e vivências para trás. Esse lugar era o espaço da intimidade onde o sujeito “estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava”. Tudo isso constituía uma “familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo” (SANTOS, 1996, p. 262). Portanto,

“Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, op. cit., p. 263).

Evitar ou sair dessa alienação exige uma via de entendimento da cidade, já que “suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória” (SANTOS, op. cit. p. 263). Essa transição, entre o viver no lugar e o viver no espaço estranho até este se tornar um lugar, e seus significados emergem, implícita ou explicitamente, dos relatos desses interioranos de poucos ou médios recursos que se deslocaram para Salvador, em um período em que a cidade teve um enorme impulso demográfico, saindo de 1.007.198 habitantes, em 1970, para 1.493.688, em 1980 (CARVALHO et alli, p. 35).

Vandilson Pereira Costa, por exemplo, nascido em Guanambi, no sudoeste, e cujos pais eram médios produtores rurais, partiu da cidade com 18 anos. Davidson de Magalhães Santos, de Itabuna, na região cacauzeira, e que era neto de latifundiários, mudou-se com 15 anos. Hilário de Jesus Leal, filho de meeiros e nascido em Jequié, seguiu para a Salvador, aos 22 anos. Everaldo Augusto da Silva, nascido em Brumado, no sudoeste, e filho de um pedreiro e de uma dona de casa de origem rural, transferiu-se para a capital aos 21 anos. Luiz Henrique Sá da Nova, nascido em Macarani, mas que foi criado em Itapetinga, também no sudoeste, filho de funcionários públicos, deixou esta cidade quando estava com 15 anos. Todos chegaram a Salvador entre 1972 e 1978. Embora de cidades e origens sociais distintas, esses jovens, que tinham como projeto comum a continuação dos estudos, terminaram se encontrando nas mesmas comunidades de destino (BOSI, 2003, p. 38): o movimento estudantil baiano e a seção estadual do Partido Comunista do Brasil, onde estabeleceram relações com outros jovens do interior, mas também da capital com os quais compartilharam as experiências de ser estudante, militante e comunista, de maneira que adquiririam novos sentidos de pertencimento.

As razões que os levaram a partir para Salvador foram lembradas por alguns deles das maneiras que seguem.

Vandilson rememora:

“Estudei a vida toda em colégio público em Guanambi até cumprir o segundo grau. Formei lá em professor e, no começo da década de 70, mais exatamente no final de 1973, me desloquei pra Salvador pra tentar a universidade e, chegando aqui, comecei a fazer o curso pré-vestibular” (COSTA, 2006).

Ainda sem haver concluído o curso secundário em Itabuna, Davidson freqüentaria aulas em uma escola religiosa de Salvador antes de prestar vestibular. Ele conta que veio

“Pra Salvador em 76, pra estudar, fazer o segundo grau, no Colégio Dois de Julho. Minha família toda presbiteriana, meu tio era pastor presbiteriano, eu vim estudar em um colégio presbiteriano, que era o Dois de Julho. Eu consegui uma bolsa. Na época eu também era presbiteriano, de militância presbiteriana. Eu era coordenador de escola dominical” (SANTOS, 2006).

Nascido na Fazenda Cajueiro, de onde se deslocou aos 8 anos para a sede do município, Jequié, Hilário tornaria a se deslocar, desta vez, para Salvador, não apenas por causa dos estudos.

“Do ponto de vista assim mais, é... da juventude da cidade. Eu terminei o ensino médio, a cidade não tinha o nível superior e grande parte das pessoas que eram, vamos dizer assim, dessa turma, que eram os amigos, dessa turma que tinha feito algum tipo de atividade política, que formavam o grupo de amigos ali ligado ao trabalho estudantil, eles tinham vindo para Salvador, era um motivo. O outro que é o mais político, é que..., por volta de 76, início de 77, a pessoa, assim, vamos dizer, que ia sempre lá, em Jequié, que conversava sempre com a gente, que era esse amigo meu, Pascoal, ele achava que eu deveria vir pra Salvador, porque eu tinha feito atividade política lá e enquanto tava no colégio estudando, tinha uma certa..., vamos dizer assim, tinha uma certa..., não era uma proteção, mas tinha uma vida mais pública, era estudante, e tal, não era possível me acontecer nada. Mas, depois de ter terminado o ensino médio eu corria o risco de ficar na cidade fazendo política e acontecer alguma coisa do ponto de vista de segurança, de repressão. Ficar lá na cidade, é..., sem desenvolver atividade política é uma coisa muito arriscada. Então, ficar aqui fazendo o quê? Você não vai..., já terminou o ensino médio... Vai desenvolver atividade política onde? Aí, eu acho que isso não é seguro, a repressão tá muito grande. Eu acho que você devia ir pra Salvador, lá você pode continuar a desenvolver a atividade política lá, por que lá tem mais chance de fazer política. Então, se alguma coisa acontecer você tá lá, e tá mais seguro, e aqui não tem ninguém” (LEAL, 2007).

Portanto, o jovem jequieense, além de querer dar continuidade ao seu processo de formação acadêmica, tinha também motivações afetivas, decorrentes do convívio com os amigos, e políticas, relacionadas com a sua própria segurança e com a possibilidade de continuar atuando politicamente, para transferir-se para Salvador.

Em Salvador os jovens estudantes residiam em pensionatos, casas dos pais ou de tios, com irmãos ou amigos em algum imóvel alugado e nas residências estudantis, que eram unidades mantidas pelas prefeituras do interior, por instituições da Igreja ou pela Universidade. Referenciando-se na experiência dos primeiros momentos em Salvador, Vandilson diz que

“Eu fui um (...) errante, aqui, né. Aqui eu morei em uns dez lugares distintos. Nos primeiros anos, todos em pensionato. Porque eu chegava na pensão..., a qualidade da comida era ruim, as condições de acomodação eram ruins, a gente começava a demonstrar insatisfação, aí logo, logo entrava em conflito com os donos de pensão que... Existiam muitas pensões aqui em Salvador antigamente, muitas! Hoje, já reduziu bastante. Mas era uma quantidade de pensões enorme. Elas ficavam sobretudo na parte central de Salvador, né, entre os Barris. Minha primeira moradia foi na rua Almeida Sande, número 5, é..., ali na Direita da Piedade tinha muita pensão, nos Aflitos; tinham muitas pensões nos Aflitos, o 33, o 45. Até hoje tem uma casa lá que hoje dá o nome de pousada, mas era uma pensão. A cidadã era até de Boquira” (COSTA, 2006).

Deslocado de sua cidade natal, o narrador continuou sem se localizar por algum tempo na capital. Era “um errante” que chegou a morar “em uns dez lugares distintos”. Ele morou ainda na Avenida Sete de Setembro, na Ladeira dos Aflitos e na Ladeira da Barra. Em quase todos estes endereços funcionavam pensionatos.

Na sua evocação, Vandilson registra, também, uma função que parecia ser característica de algumas ruas do centro de Salvador naquela época: oferecer espaços para acomodação de pessoas do interior nos diversos edifícios que serviam de pensão. Muitas dessas pessoas certamente eram estudantes.

Diante da qualidade dos serviços que eram oferecidos nos pensionatos e das dificuldades para pagar aluguel, os jovens chegados do interior procuravam e lutavam por outras alternativas.

Vandilson, por exemplo, logo depois de se estabelecer na capital passou a se reunir com outros estudantes para discutir como alterar as condições em que viviam e estudavam, assim

“Em contatos com estudantes de outros municípios do interior do estado, principalmente da região próxima a Guanambi, nós começamos a discutir a necessidade dos estudantes se organizarem objetivando buscar melhores condições de moradia e de estudo aqui em Salvador” (COSTA, 2006).

Foi assim que eles constataram a existência de algumas residências estudantis no centro de Salvador. Segundo Vandilson, “tinha a residência de Boquira, de Macaúbas, tinha a de Feira de Santana, tinha a de Juazeiro, a de Irecê. A de Juazeiro ficava ali na entrada do Banco dos Ingleses, a de Feira ficava nos Barris”.

Esses foram os primeiros passos para organizar os estudantes de Guanambi na luta por uma residência coletiva em Salvador. Esse esforço, no entanto, só ganharia maior consistência com a criação do CEG - Centro Estudantil de Guanambi, em maio de 1975, quando quase todas as pessoas mais envolvidas no processo já se encontravam na Universidade. “Eu era universitário, Beto, Lielson, Luia, Fernando, Nilton Vasconcelos, Avelar Viana, que ainda era estudante, né, João Augusto”, lembra Vandilson.

As atividades dos centros estudantis abrangiam um escopo maior do que a luta pela conquista e manutenção das residências. O narrador de Guanambi lembrou assim das atividades desenvolvidas pelo centro estudantil daquela cidade:

“Os centros estudantis daquela época, além de fazer esse trabalho, que era um trabalho que naturalmente tinha um objetivo imediato, que era melhorar as condições de vida e facilitar pras famílias mais pobres trazer seus filhos pra estudar na capital... No primeiro momento era isso, mas os centros estudantis faziam trabalho mais amplo também, faziam um trabalho na área cultural. Em Guanambi a gente conseguia. Nós fizemos cinco encontros culturais de 75 a 80. O que eram esses encontros culturais? Era reunir o que havia de produção nas mais variadas áreas de produção cultural na cidade pra mostrar à população os valores culturais dali, né? Por exemplo, a gente fazia mostra de poesias, mostra de quadros e pinturas, de esculturas. Fazia recitais. Levávamos daqui pra lá... Tinha uma troca de experiências entre as cidades, e daqui também pra lá a gente levava grupo de teatro, levamos o grupo de teatro Amador Amadeu. Levamos um que... Ametista fazia parte. Tilson, Ametista faziam parte. Todo ano a gente levava algumas inovações, tinha coisas que nunca tinha visto. Então aquilo acabava, em certa medida, dando muita credibilidade ao centro estudantil. O pessoal não via os estudantes apenas como uns porras-loucas, que tavam ali só para contestar. Queriam também, digamos assim, produzir alguma coisa que

melhorasse o padrão cultural da cidade. Então, isso elevava muito a moral da gente perante a sociedade e perante os pais, né?”

Luiz Nova também registra a importância da atividade cultural para o movimento, e ressalta os laços do movimento com a comunidade através da cultura. Conta ele:

“Criamos um movimento forte no interior que envolvia cultura, comunidade, né? E a política, como algo permanente, não era o centro, era um discurso social, do estudante pobre que estudava em Salvador. A gente teve uma percepção que eu achei muito lúcida é..., que é assim, não dava pra fazer política no interior só com estudantes, naquela época. Era preciso ter um envolvimento familiar, da comunidade, para ter a proteção do movimento. Então, nós fizemos essas lutas no interior muito mexendo com Rotary, com Lyons, entidades que não tinham nada a ver com política, mas que tinham a ver com a comunidade. E isso foi o que deu força ao movimento da CIVUB, à mobilização política, né? Nós, quando decidimos, em 78, apoiar um candidato a deputado, uma dupla que era... Na verdade o PCdoB tinha apoiado Élquisson estadualmente pra federal. Nós então resolvemos fazer essa combinação: federal Elquisson, e o estadual de cada região pra gente ter o argumento comunitário, por que estar apoiando aquele cara. E lá na região nós apoiamos até Jádriel Matos, que era ex-prefeito de Conquista. Não sei aonde fulano apoiou Beltrano, um deputado estadual lá da região que era o candidato, o candidato da região. O pessoal de Feira apoiou Aurélio Miguel., que era o candidato do PCdoB em Salvador, mas nós não reproduzimos pro interior por causa desse sentido comunitário” (NOVA, 2007).

Essas atividades agitavam cultural e politicamente as cidades do interior e, ao mesmo tempo, reforçavam os vínculos dos estudantes com as famílias e com a população, facilitando a conquista de aliados importantes na busca de reivindicações relativas à manutenção das residências, pois, às vezes, as prefeituras suspendiam o pagamento do aluguel e os estudantes corriam o risco de despejo e, em decorrência, podiam ter inviabilizada a sua permanência em Salvador. Esses riscos não eram de rara ocorrência no universo das residências.

Em 1979, por exemplo, a residência dos estudantes de Guanambi encontrava-se “ameaçada de extinção pela Prefeitura devido ao corte da verba destinada ao pagamento do aluguel. Para justificar o prefeito diz: ‘os estudantes fizeram campanha para o MDB’” (Jornal Integração, junho de 1979, p. 6). Tal medida foi interpretada como “um ato comandado pelos poderosos grupos econômicos da região que querem ter nas mãos também o poder político, e para tal lançam mão até de medidas repressivas” (Jornal Integração, junho de 1979, p. 6).

Argumento parecido foi apresentado pelo prefeito de Paramirim, que alegou que as atividades culturais desenvolvidas pelos estudantes na cidade eram “política” contra ele e suspendeu a verba destinada à residência (Documento da CIVUB, sd).

Os estudantes de Itapetinga também enfrentavam problemas com a prefeitura. Apesar de ser o primeiro município a ter uma casa comprada para abrigar os estudantes em Salvador, a residência ainda não havia sido instalada mais de um ano após a sua aquisição. O prefeito só queria abri-la “com o regimento interno proposto por ele, por sinal distante da realidade, contendo uma série de medidas que beiram ao fascismo, quando há um regimento elaborado pela Comissão Comunitária daquela cidade” (Jornal Integração, junho de 1979, p. 6).

Aludindo aos conflitos com o prefeito de Itapetinga, Luiz Nova relatou:

“A residência de Itapetinga é interessante porque foi a primeira comprada por uma prefeitura. Só que o nosso movimento, como foi muito politizado, e aí, você tava vindo para um período de democratização, quando a residência saiu, nós não tivemos força de controle sobre a residência. Nós ganhamos a compra, a prefeitura comprou porque nós não queríamos alugada, nós queríamos comprada como algo definitivo. Isso a gente ganhou. Foi a primeira. Nenhuma prefeitura tinha comprado ainda. É, mas nós não controlamos, ela demorou de ser instalada. O prefeito comprou, mas enrolou e não instalou. Veio instalar depois. Aí eu já não era mais estudante”.

Os estudantes de Caetité recorreram a uma greve de fome para barrar as ameaças de fechamento da residência. O movimento teve grande repercussão no estado e foi vitorioso.

Bairros como o Tororó, Barris, Saúde e Nazaré, mas também algumas ruas centrais, abrigaram muitas dessas residências que, além de acomodar os estudantes, eram espaços de estudo, de uma vida organizada de maneira coletiva, com distribuição de tarefas e responsabilidades individuais, de discussão política, de cultura e lazer. Como lembra Vandilson:

“Nas residências, além de ser um ambiente de estudo, naturalmente, lá também a gente buscava desenvolver uma prática assim de convivência coletiva muito organizada, né? A gente tinha dificuldades, pra ter uma vida, digamos assim, padrão de vida elevado. Então não podia ter empregada à vontade pra fazer limpeza, pra..., no caso de Guanambi, a gente só tinha um cozinheiro, que era Elias, o resto dos afazeres internos era dividido coletivamente, então tinham tarefas...”.

Para Luiz Nova havia

“Um sentido comunitário, não só esse na abordagem política de envolver os pais na luta pela residência aqui, como, dentro das residências, a distribuição de tarefas e a vida em comunidade. Então a eleição, o presidente, as regras de funcionamento ali dentro. Tinha uma disciplina de distribuição dos trabalhos”.

Everaldo Augusto, por sua vez, conta que

“Cada casa tinha um regimento interno, ainda hoje as que existem tem um regimento interno. Tinha o CEUSB, no caso, o centro estudantil que tinha personalidade jurídica, era registrado em cartório, aquela coisa toda, certo? Além disso, tinha a residência. A residência tinha uma norma, um regimento interno que estabelecia as responsabilidades, o que era permitido e o que não era, certo? Às vezes todo trabalho da residência era executado pelos estudantes, às vezes não. Às vezes os estudantes se cotizavam, pagavam cozinheira, pagavam arrumadeira. Brumado mesmo a gente fazia isso. A prefeitura arcava com uma parte das despesas e a outra parte eram os próprios estudantes que arcavam. No regimento interno dizia..., fazia uma carga muito grande nessa questão de um ambiente favorável ao estudo, certo? Mas tinha as festas, tinha confraternização. As festas eram muito famosas, né, porque eram os forrós, do interior, aquela coisa toda, eram festas grandes, todo mundo gostava de ir, era sempre uma novidade” (SILVA, 2007).

Nas primeiras tentativas de organização dos estudantes de Guanambi, Vandilson e seus companheiros descobriram que havia uma entidade que representava os estudantes do interior, mas que não tinha uma atuação efetiva, segundo o mesmo. Seu relato foi assim:

“Aí foi que a gente descobriu que tinha uma entidade de caráter estadual que dizia congrega os estudantes vestibulandos e universitários. Essa entidade, ela se autoproclamava representante... Ela se chamava assim: Confederação Interiorana de Vestibulandos e Universitários da Bahia (...) Então, a gente resolveu desenvolver um plano pra ver se botava essa entidade para funcionar de fato. Por que ela existia de direito, era formalizada, tinha estatuto, tinha tudo direitinho, mas ela só existia formalmente, de fato ela não existia, não tinha esse caráter de buscar congrega os estudantes”.

A CIVUB foi fundada em 1971, quando havia apenas quatro residências, por iniciativa de José Pires Caldas, de Feira de Santana, depois de uma viagem ao Chile, onde conheceu uma instituição semelhante. Em 1975, quando os estudantes, influenciados pelo PCdoB, disputaram pela primeira vez as eleições da entidade e perderam, já havia um número maior de residências instaladas - eram doze. Em 1980, a confederação liderava o movimento dos estudantes interioranos em cerca de cinquenta cidades. Nesse mesmo ano contava com trinta e uma residências em funcionamento e algumas cidades em luta para instalá-las. Na época, estava prestes a ser instalada a da cidade de Barra, situada no oeste do estado. Alguns centros e residências tinham trabalhos políticos e/ou culturais nas cidades de origem. Outras tinham seus trabalhos limitados às casas onde funcionavam (Jornal da Chapa Arueira, novembro de 1980, p. 1).

Um levantamento realizado pela CIVUB, em 1978, registrou a situação em que se encontrava o conjunto das residências, sob vários aspectos (Enquete mimeografada, julho de 1978). Havia vinte e cinco residências e estas abrigavam entre vinte e trinta pessoas, em média. Havia 78,2% de homens, e 21,8% de mulheres, o que aponta que as residências eram espaços de forte predominância masculina. As casas eram de seis a dez quartos, sendo que eram habitados, em média, por quatro a cinco pessoas. Em 17% não havia beliches suficientes para todos os moradores, portanto, alguém dormia no chão. Em 61,7% os residentes bebiam água diretamente da torneira, enquanto 100% tinham geladeira para conservação de alimentos.

Em 83% das residências as prefeituras arcavam com as despesas de aluguel. Em 8,5%, o aluguel era de responsabilidade de prefeituras e estudantes. Aquelas cujo aluguel era assumido apenas pelos estudantes eram também 8,5% do total. Apenas uma residência tinha a casa comprada.

A aquisição definitiva das casas das residências, verbas para a manutenção dos residentes, consertos dos móveis e preservação do prédio, foram essas as reivindicações consideradas mais importantes por aqueles que manifestaram suas opiniões.

Portanto, todas as reivindicações fundamentais dependiam de recursos financeiros que as prefeituras não tinham ou não estavam dispostas a liberar para atender os anseios dos residentes. Por isso, a CIVUB chegou a desenvolver lutas para que o MEC - Ministério da Educação e Cultura criasse uma linha de financiamento que permitisse às prefeituras a aquisição das casas onde habitavam os residentes. Uma das iniciativas foi a elaboração de um abaixo-assinado dirigido às autoridades educacionais federais exigindo solução para a questão.

A situação dos residentes é retratada pela liderança da CIVUB em outro momento - novembro de 1980 - com uma tonalidade mais acentuada. Então, os residentes são representados como ascetas que passavam fome, só que, diferentemente dos hindus ou muçulmanos, o faziam involuntariamente:

“Nossas residências parecem mais uns depósitos de faquis. Elas são 31 e a tendência é crescer o número em tempo hábil. Só que com a alta do custo de vida não tem dinheiro que chega. São mais ou menos mil estudantes que passam fome constantemente, 80% são obrigados a trabalhar, mais da metade tomam cursinho e são obrigados a desembolsar para isso cerca de dois mil cruzeiros por mês (o ano que vem será cerca de 4 mil). Como é que se pode produzir nos estudos com uma situação dessas?” (Jornal da Chapa Arueira, novembro de 1980, p. 2).

Aqui é ressaltada a condição pessoal dos residentes, cujas dificuldades financeiras, a exigência de trabalhar e a deficiente alimentação se apresentavam como obstáculos ao bom desempenho nos estudos.

Percebe-se ainda a expectativa de um aumento crescente do número de residências que talvez não tenha se confirmado. Pois, a partir da década de 1980, crescem as oportunidades de estudos universitários para a juventude do interior que já contava com a FESPI – Federação das Escolas de Ensino Superior de Ilhéus e Itabuna, que era paga e que posteriormente foi transformada em UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz. Passaram a contar ainda com a UEFS, Universidade Estadual de Feira de Santana que, antes de 1980, era uma fundação, com a UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista, fundada em 1980, e com a UNEB – Universidade do Estado da Bahia, instituída em 1983, com alguns campi no interior. Isso certamente se refletiria no movimento de saída dos estudantes de suas regiões.

Aliás, naquele mesmo ano a CIVUB já pautava a luta pela instalação de residências universitárias nas cidades de Ilhéus e Juazeiro.

O ensino secundário no interior também era objeto de duras críticas da liderança estudantil, que responsabilizava tanto o “governo dos generais” como o de ACM pela situação.

Ao responder uma pesquisa feita pela CIVUB em sala de aula, um estudante respondeu: “Aqui faltam boas aulas, professores, bibliotecas, aulas práticas, merenda escolar, sanitários, bebedouros e liberdade”. Com algumas variações, esse relato parecia sintetizar o quadro em que se encontravam as escolas públicas secundaristas pelo interior afora, conforme retratou a Chapa Arueira:.

“O quadro é realmente negro. O ensino no país e principalmente no nosso Estado anda de mal a pior. É comum nossos pais afirmarem que não trocam o primário deles, de anos atrás pelo 2º grau ou mesmo pelo curso na Universidade de hoje. Parece mesmo que o governo está brincando com a gente. É reforma atrás de reforma, lei atrás de lei, na verdade só não muda as péssimas condições de ensino. É este governo dos generais e de ACM que afirma está (sic) interessado em melhorar a educação. A cada ano que passa cai mais ainda o nível de ensino. Pioram as condições materiais de nossas escolas, diminui o nosso estímulo e as escolas se transformam em fábricas de diplomas. Isso não muda mesmo quando chegamos à Universidade. Os poucos que consegue (sic) a ela chegar depois de ter passado anos por escolas em tal situação. A cada dia as verbas para a educação vão diminuindo (...) Aqui no nosso Estado o governo não cumpre nem mesmo os 20% do Orçamento Estadual que deveriam ser usados na educação como garante a Constituição (...). Em várias cidades o governo retém as verbas quando a situação material das escolas é a pior possível. As diretorias começam a tirar dinheiro dos bolsos dos alunos e do povo para mante-las, como se a educação já não estivesse paga nos altos impostos. Em Itapetinga, se faz rifa de bezerros para manter o colégio; em

Guanambi os estudantes levam tijolos e outras coisas para construir a cantina; em Brumado a quadra de esportes foi construída pela Magnesita (empresa da mineração), e o comércio a toda hora é chamado para contribuir com a manutenção do colégio.” (Jornal da Chapa Arueira, novembro de 1980, p. 2).

Contra essa situação era que se insurgiam os estudantes do interior, mesmo num ambiente de pouca liberdade ou de forte repressão. Um estudante foi expulso da escola em Itapetinga, apenas por tentar organizar um mural, provocando uma greve que envolveu 900 estudantes. Outros foram suspensos em Juazeiro por divulgarem a realização das eleições da Confederação.

A atuação da CIVUB não era circunscrita às questões específicas demandadas pelas residências e pelos centros estudantis. A confederação tinha participação ativa nas lutas políticas e sociais de natureza mais abrangente. Integrou o Trabalho Conjunto de Salvador, participou das lutas pela Anistia, colaborou com o Movimento Contra a Carestia e em defesa da Amazônia.

A direção postulava o engajamento dos estudantes na luta para “unir o povo, conquistar a liberdade”, porque compreendia que

“Enquanto persistir a ditadura militar e a situação criada por ela, a nossa grande e gloriosa tarefa é derruba-la, para que nos vejamos livres desse câncer que impede o nosso povo de avançar rumo a uma sociedade livre da exploração. E nesta caminhada, o povo não poderá contar , de forma decidida, com os que vacilam e conciliam com o governo. Terá que confiar, principalmente na sua própria força, na força da UNIDADE POPULAR, tendo à frente a classe social que é dona do futuro, a classe operária (...) O povo só pode confiar na sua unidade e na ajuda das forças que forem até o último instante de luta contra este regime. Por isso o nosso objetivo, após o fim deste regime, e observando a necessidade de unir o maior número possível de forças contra o governo dos generais, deve ser o de conquistar um GOVERNO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DA UNIDADE POPULAR, este governo deverá garantir a ampla liberdade para o povo poder eleger os seus representantes à Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, que fará as novas leis do país, garantindo uma nova ordem econômica e social do país” (Jornal da Chapa Arueira, novembro de 1980, p. 2).

Era assim que a direção da CIVUB percebia a situação política do País e a maneira pela qual pretendia superá-la. Ao pugnar a instalação de um governo com as características propostas, a liderança revela a presença da forte influência no movimento das residências da militância do PCdoB, a organização que, naquele momento, sustentava tal proposta (Tribuna da Luta Operária, 28/06/1980 a 11/07/1980, p. 3).

Embora houvesse a presença de outras correntes no movimento, como a POLOP – Política Operária e a APML – Ação Popular Marxista-Leninista, estas não chegavam a desafiar a hegemonia da militância comunista do PCdoB. Sequer conseguiam apresentar chapa para concorrer ao pleito da confederação.

Podiam se integrar aos quadros da CIVUB, inclusive ser da direção da entidade, quaisquer estudantes do interior, mesmo aqueles que não habitavam as residências. Luiz Nova, por exemplo, chegou a ser presidente da entidade sem nunca haver morado em residência estudantil. Embora tivesse participado do movimento inicial de luta pela instalação da residência de Itapetinga nos idos de 1972.

Da análise da composição das chapas eleitas em 1979 e em 1980, pode-se deduzir que os estudantes de algumas cidades tinham uma presença política mais significativa do que outras. Cidades como Jequié, Guanambi, Brumado, Caetitê, Itapetinga, Conquista e Juazeiro, aparecem

com representantes nas duas eleições, evidenciando uma forte hegemonia das cidades do sudoeste do estado no comando político do movimento estudantil interiorano.

As mulheres estão presentes na direção, mas constituem a minoria. Em 1979, dos treze diretores, apenas quatro são mulheres. Todos ou quase todos esses diretores já eram ou tornaram-se militantes do PCdoB e, posteriormente, sete deles chegaram a integrar a direção regional do partido, enquanto dois elegeram-se vereador pela legenda.

Nas eleições de 1980, a participação feminina estava menor do que antes. Dos quinze cargos da diretoria, apenas três eram ocupados por mulheres. Talvez essa pequena representação feminina fosse consequência, além de outros fatores, da presença real das mulheres no ambiente das residências, que também era pequena, com exceção da de Uibaí, onde, segundo Everaldo Augusto, “só tinha mulher”.

Assim, muitos dos jovens interioranos de poucos recursos, além de competir por uma vaga nas universidades e faculdades de Salvador, viam-se obrigados a desenvolver lutas para garantir condições de acomodação apropriadas. A maioria deles logrou êxito na luta pelo estabelecimento de residências estudantis na capital sob a responsabilidade das prefeituras dos seus respectivos municípios. Outros conseguiram vagas nas residências mantidas pela Universidade Federal da Bahia e pela Igreja Católica. Nesse processo, desenvolveram práticas políticas e culturais que, ao lado da construção de novas sociabilidades, tinham a marca da contestação da ordem existente. Optaram por projetos políticos que foram determinantes para a reorganização e ressignificação do seu cotidiano, notadamente quanto às lutas políticas em curso na sociedade, em cujo imaginário pontificava a ditadura militar, que tinha uma presença manifestada de várias formas. Para os estudantes, essa presença se fazia sentir principalmente através da inexistência de liberdade nas escolas e nas constantes tentativas dos prefeitos de tutelar o movimento das residências.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Cia das Letras, 2003.

CARVALHO, Ana Lúcia B. de, FREITAS, Mário André S. de e CAMPANÁRIO, Paulo. Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana na segunda metade do século XX. In *Bahia Análise & Dados*, v. 10, n. 1. Salvador – Ba, julho de 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEPLANTEC. *Anuário Estatístico da Bahia*. 1972.

Fontes orais

COSTA, Vandilson Pereira. Entrevista gravada em 14 de maio de 2006.

LEAL, Hilário de Jesus. Entrevista gravada em 22 de maio de 2007.

NOVA, Luiz Henrique Sá da. Entrevista gravada em 28 de abril de 2007.

SILVA, Everaldo Augusto da. Entrevista gravada em 28 de abril de 2007.

Fontes escritas

Documento da CIVUB datilografado intitulado “Residência dos estudantes interioranos: da conquista inicial às lutas atuais”, provavelmente de 1978.

Enquete da Secretaria de Assistência da CIVUB. Mimeografada. Julho de 1978.

Jornal da chapa “Arueira”, de novembro de 1980.

Jornal Integração. Editado conjuntamente pela AEI - Associação dos Estudantes de Itaberaba e pela REB – Residência Estudantil de Brumado. Mimeografado. Número 01, de junho de 1979.